

DECLARAÇÃO UNIFICADA

INSTITUTO ASO – ASSESSORIA EM SOLUÇÕES OCUPACIONAIS, inscrito no CNPJ número **51.144.093/0001-69**, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) Edson José da Silveira Filho, portador(a) da Carteira de Identidade número 7.781.294-6 e do CPF número 044.102.049-63, DECLARA, para os devidos fins, sob as penas da Lei:

1ª PLENO CONHECIMENTO

Ter pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento, inclusive quanto ao cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, se couber, e ao cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133, de 2021.

2ª NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3ª NÃO PARENTESCO

A inexistência no quadro da empresa de sócio, cotista ou dirigente que seja empregado do CONTRATANTE ou cônjuge, companheiro, parente em linha reta e colateral, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, de empregado público do CONTRATANTE que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, agente de contratação ou autoridade ligada a contratação.

4ª CIÊNCIA DA DISPONIBILIDADE DOS DADOS

Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constante nos documentos de habilitação e da proposta de preço, prevista no inciso VI, art. 7º da Lei no 12.527/11- Lei de acesso à Informação, considerando a Lei n. o 13.709/18 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), dou ciência e consentimento para a divulgação dos mesmos.

5ª NÃO CONDIÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

Não utiliza a mão de obra direta ou indireta em condições de tratamento degradante, desumano ou que possam afetar a dignidade humana, bem como os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, conforme determinam os incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

DECLARAÇÃO UNIFICADA

6ª RESERVA DE CARGOS PARA PCD

Cumpra as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

Astorga, 17 de março de 2025



Edson José da Silveira Filho

RG 7.781.294-6

CPF 044.102.049-63